

Rota da Lã – Translana: uma obra de referência sobre o património da indústria de lanifícios

José Manuel Lopes Cordeiro
jmlopes.cordeiro@gmail.com
Universidade do Minho

ABSTRACT

This article deals with a critical approach of the book entitled “Rota da Lã – Translana: percursos e marcas de um território de fronteira” while trying to emphasise its contribution to the knowledge of the historical and socio-economic reality as well as the heritage of the Beira Interior and the Tajo-Salor-Almonte regions, and the development of a cultural project on the area of tourism. Some innovating aspects are here highlighted, namely the study of the transhumance as a good example of how the studies on regional aspects favour a more rigorous and profound understanding of past historical realities.

KEY-WORDS

Woollen industry, cultural heritage, Beira Interior, Tajo-Salor-Almonte borough.

RESUMO

Este artigo efectua uma apreciação crítica do livro Rota da Lã – Translana: percursos e marcas de um território de fronteira, procurando salientar o contributo que o mesmo presta ao conhecimento da realidade histórica, patrimonial e sócio-económica das regiões da Beira Interior e da Comarca Tajo-Salor-Almonte, e a sua importância para o desenvolvimento de um projecto de turismo cultural. São destacados alguns aspectos inovadores que apresenta, nomeadamente o estudo da transumância, assim como o facto de constituir um

bom exemplo de como os estudos de âmbito regional proporcionam uma mais rigorosa e aprofundada compreensão das realidades históricas do passado.

PALAVRAS-CHAVE

Indústria de lanifícios, património industrial, turismo cultural, Beira Interior, Comarca Tajo-Salor-Almonte.

Se, como acontece frequentemente a quem se interessa pela investigação histórica, deparássemos com este título – Rota da Lã – Translana: percursos e marcas de um território de fronteira –, num qualquer catálogo ou lista bibliográfica, estaríamos longe de imaginar a enorme valia científica que o mesmo apresenta e do pormenor com que aborda o tema da indústria de lanifícios nas regiões da Beira Interior e da Extremadura espanhola, concretamente na Comarca Tajo-Salor-Almonte. Na realidade, ao contrário do que o título parece indicar, não se trata simplesmente de uma proposta de itinerário cultural sobre o património industrial da lã, mas de uma obra de grande envergadura científica que analisa pormenorizadamente todos os aspectos – históricos, geográficos, patrimoniais, económicos, etnográficos, antropológicos, etc – naquelas regiões tão profundamente marcadas pelas actividades relacionadas com a actividade laneira.

Esta obra, editada no âmbito do Projecto Rota da Lã – Translana I e II (2003-2009), Programa INTERREG III A, e coordenada por Elisa Calado Pinheiro – que há muitos anos se dedica a estudar a indústria de lanifícios na Beira Interior e é uma reconhecida especialista na matéria –, compõe-se de dois volumes encadernados, de grande formato, com 501 + 932 páginas, profusamente ilustrados – fotografias e cartografia –, acompanhados por um DVD interactivo, que apresentam um conjunto variado de estudos concebidos para fundamentar cientificamente a construção de um itinerário turístico-cultural com base no diversificado património da indústria de lanifícios das duas regiões citadas. O primeiro apresenta, precisamente, os estudos que fundamentam a construção do itinerário, assim como os próprios itinerários, e o segundo contempla os inventários das vias agro-pecuárias e do património edificado associado à indústria de lanifícios, naquelas duas regiões, abordados de uma forma bem fundamentada e extremamente pormenorizada, profusamente ilustrados e acompanhados de abundante e rigorosa cartografia.

O primeiro volume aborda, inicialmente, o enquadramento geográfico e a caracterização das regiões em estudo, a que se segue a contextualização espaço-temporal da lã, entendida como um património peninsular vivo, concluindo com a apresentação da Rota da Lã – Translana numa perspectiva patrimonial. Como foi referido, o segundo volume apresenta os inventários das vias pecuárias na Comarca Tajo-Salor-Almonte e na Beira Interior, e um pormenorizado inventário do património industrial, particularmente na Beira Interior – distritos de Castelo Branco e Guarda –, apresentando em anexo as fichas de inventário das vias pecuárias e do património industrial, as unidades de alojamento, os museus e centros de interpretação, assim como as empresas de animação turística existentes na Beira Interior, uma lista do património classificado e em vias de classificação (em 2007-2008) – estes últimos elementos referem-se apenas a Portugal –, e ainda um índice toponímico e outro onomástico.

Importa salientar a inclusão de uma extensa lista das fontes orais utilizadas no decurso da realização do trabalho de inventário das vias pecuárias e do património industrial, agrupadas por concelhos e freguesias, com indicação da idade dos entrevistados e a respectiva identificação profissional, assim como a data da realização da entrevista. Por seu turno, o DVD insere uma aplicação que possibilita, de uma forma interactiva, explorar pormenorizadamente e utilizando três escalas – 1:1000k, 1:250k e 1:100k – os inventários das vias pecuárias e do património industrial.

Após uma detalhada descrição dos objectivos e metas do projecto, assim como dos recursos e metodologias de intervenção, o primeiro volume apresenta uma caracterização das regiões em estudo, tanto ao nível da caracterização física como humana, incluindo as suas actividades económicas. De acordo com Pedro Leitão Pais, que analisa a evolução dos sectores de actividade económica na Beira Interior de 1940 a 2001, esta revelou “uma economia fortemente ruralizada, caracterizada por um fraco desenvolvimento sócio-económico, verificado até muito tarde. Apesar de alguns avanços que vieram a registar-se no domínio da mecanização e da inovação tecnológica, a quebra acentuada das actividades do sector primário, a partir da década de 60, deveu-se, sobretudo, ao êxodo rural e à emigração, que fizeram diminuir a mão-de-obra disponível e conduziram ao abandono dos campos. De facto, não se verificou, de forma significativa, a passagem ou a mudança de activos de um sector para outro, mas antes o esvaziamento do sector primário” (p. 61). E no que respeita à Covilhã, segundo o mesmo autor, salienta-se “... a sua mono-especialização na produção de lanifícios, que manteve mais de metade da sua população afectada à indústria, até 1991 (54%)” (p. 61).

A caracterização espaço-temporal da lã, considerada como um património peninsular vivo, é pormenorizadamente desenvolvida no capítulo seguinte, da autoria de Elisa Calado Pinheiro. Iniciando a abordagem por uma descrição das diferentes variedades de lãs e gados, e da sua distribuição geográfica a nível mundial, são de seguida analisados os principais mercados laneiros, assim como os mais importantes centros industriais de lanifícios. Contudo, um dos mais importantes e inovadores contributos que esta obra apresenta encontra-se sintetizado no capítulo seguinte, no qual a autora desenvolve o tema da transumância peninsular, desdobrado em três vertentes: o conceito e as práticas associadas, a transumância transfronteiriça (Portugal – Espanha) e a transumância em Portugal, concretamente na região da Beira Interior. De facto, até agora, uma actividade económica e social tão significativa como a transumância apenas merecera a atenção por parte da falecida medievalista Maria José Lagos Trindade e pouco mais. Em parte, esta carência explica-se pela prevalência das análises efectuadas a nível nacional – que oferecem menos dificuldades, nomeadamente no acesso a fontes históricas –, em detrimento dos estudos de carácter regional ou local, os quais proporcionam uma compreensão muito mais aprofundada e rigorosa dos fenómenos económicos e sociais. Felizmente, nos últimos anos, aquela concepção começou a ser ultrapassada, com o surgimento de importantes monografias, tanto a nível local como regional, das quais esta obra constitui um excelente exemplo.

Com a autora refere, ao contrário de Espanha onde as vias da transumância são objecto de protecção legal, sendo consideradas património nacional, em

Portugal, “a inexistência de qualquer medida de protecção legal sobre as vias pecuárias tem contribuído para acelerar a sua rápida extinção, apesar da delapidação patrimonial a diversos níveis que a sua perda implica” (p. 121). Deste modo, constituiu um trabalho altamente meritório – tanto do ponto de vista científico como da recuperação da memória histórica – o trabalho realizado para construção desta Rota da Lã – Translana, envolvendo o inventário dos distritos da Guarda e de Castelo Branco com vista ao reconhecimento das vias de transumância e a identificação do seu património industrial, o qual, no que respeita a este último, proporcionou a elaboração de 338 fichas. Analisando a evolução histórica da transumância na Beira Interior, a autora explica, com base em Orlando Ribeiro, que um dos factores que contribuiu para o desaparecimento dos vestígios físicos da deslocação sazonal dos rebanhos se deveu ao facto de em Portugal, as canadas não terem tido um “carácter fixo e permanente dos caminhos pastoris espanhóis, da mesma forma que nunca tiveram a mesma protecção” (pp. 145-6), a que se somou o facto de “ao contrário do que sucedeu em Espanha, a transumância nunca chegou a ser, excepto localmente, um modo de vida exclusivo ou dominante, tendo-se, só tardiamente, efectuado a regulamentação régia desta actividade” (p. 152). Para além destes factores, em Portugal, a progressiva e generalizada destruição das canadas também se deveu “à intensificação do arroteamento agrícola dos campos (...), ao intenso processo de arborização de pinheiros e eucaliptos” (p. 164) e à sobreposição de vias rodoviárias. O estudo de Elisa Calado Pinheiro termina com a reconstituição histórica das rotas da transumância na Beira Interior, abordando os diferentes aspectos a elas associados – as pastagens, os contingentes de gado, os pastores, e os criadores de gado, pastores e guardadores de rebanhos naquela região – acompanhado de vários quadros estatísticos que traduzem algumas daquelas realidades, desde o início do século XIX a meados do século XX.

A história dos lanifícios na península Ibérica constitui o tema abordado no capítulo seguinte, também da autoria de Elisa Calado Pinheiro. Após um breve apontamento sobre alguns centros laneiros em Espanha – com destaque para a Estremadura, o pólo industrial de Béjar, em Castela e Leão, e a Catalunha –, a autora apresenta uma desenvolvida evolução histórica dos lanifícios em Portugal (nas suas linhas mestras) e na Beira Interior, desde a sua fase pré-industrial aos finais do século XX. Entre os vários aspectos que merecem ser salientados contam-se, como a autora bem refere, a importância dos factores sócio-económicos na implantação da indústria de lanifícios naquela região, nomeadamente a disponibilidade do capital da forte comunidade de cristãos-novos – com implantação na Covilhã, Fundão, Belmonte e Celorico da Beira –, que nesta região do interior encontravam uma rentável oportunidade de negócio, “aliada a uma maior segurança pessoal, face ao isolamento do território que propiciava o afastamento da Inquisição” (p. 224).

Outro aspecto que merece destaque refere-se à questão da introdução da moderna maquinaria têxtil, disponibilizada pela Revolução Industrial na Grã-Bretanha, que na Covilhã se reveste de um considerável pioneirismo, iniciando-se entre 1795 e 1800 – engenhos de cardar e de fiar movidos a sangue, na fábrica de Simão Pereira da Silva, infelizmente destruída durante a terceira invasão napoleónica (p. 263) –, embora a tecelagem, tal como aconteceu noutros sectores têxteis (algodão), tenha conhecido um processo de modernização bastante mais lento, prolongando-se por todo o século XIX. Efectivamente, em 1890 ainda

existiam 2.116 teares manuais, e apenas 125 teares mecânicos, embora noutras regiões industriais do país como, por exemplo, a área económica do Porto, a situação fosse equivalente. Já no que diz respeito à difusão da máquina a vapor, a Covilhã apenas registou um atraso relativo, se encararmos esta realidade a nível nacional. É verdade que a disponibilidade de energia hidráulica, proporcionada pelas ribeiras da Goldra e da Carpinteira, manteve a Covilhã praticamente à margem da utilização da energia a vapor, durante o século XIX. Na Beira Interior, “a primeira fábrica a instalar a energia a vapor foi a ‘Morões & C’ fundada em 1853, em Castelo Branco” (p. 263), mantendo-se esta forma energética “sempre subsidiária da energia hidráulica, complementando-a apenas nos períodos de maior estiagem” (p. 264), até à introdução da energia eléctrica a partir das primeiras décadas do século XX. Mas, o que importa realçar, é que com excepção de Lisboa e Porto, onde a diferença era significativa, em quase todos os outros distritos do País existia uma situação equivalente à do distrito de Castelo Branco, com a supremacia da energia hidráulica sobre a energia a vapor. De facto, em Portugal, com excepção de Lisboa e Porto, apenas na transição da década de 1880 para a de 1890 a utilização da energia a vapor suplantou a da energia hidráulica, situação que se verificou igualmente na indústria de lanifícios da Covilhã, não obstante o vapor ter também, a partir de então, de concorrer com a electricidade. Como a autora salientou, no que respeitava à Covilhã, “de acordo com os dados do Inquérito Industrial realizado nesta última data [1881], existiam então ainda só 13 motores a vapor, com uma potencia de 202 cavalos, a par de 86 rodas hidráulicas, de 519 cavalos. Em 1890, de acordo com os dados do Inquérito Industrial realizado nesta data, eram já 99 os motores [a vapor] instalados, com uma potencia de 519 cavalos, complementando a energia que continuava a ser produzida por 78 rodas hidráulicas, de 472 cavalos (...)” (p. 282). Não deixa também de ser interessante constatar que, nesta época, a metalurgia nacional proporcionava todos os motores de que a indústria necessitava, como o confirma o caso da Covilhã, cujas fábricas de lanifícios foram então equipadas com máquinas a vapor fabricadas nas metalurgias do Porto – Fundições do Ouro, do Bolhão e de Massarelos (p. 287).

A questão do protecționismo é também salientada pela autora, embora consideremos que talvez devesse merecer um maior destaque, dada a sua importância – e permanência – nas reivindicações dos industriais portugueses ao longo do século XIX. De facto, os industriais da Covilhã não fugiram à regra, nomeadamente quando os Governos da época se preparavam para assinar tratados internacionais de comércio, os quais implicavam uma negociação nas tarifas a aplicar à importação de produtos manufacturados. Foi o que se verificou, por exemplo, aquando da celebração do Tratado de Comércio e Navegação com a França, assinado em 11 de Julho de 1866, que os industriais da Covilhã contestaram, tendo para o efeito reunido, em Maio de 1867, sob a presidência do comendador José Mendes Veiga acompanhado pelas personalidades locais mais importantes, tendo aprovado uma representação contra o Tratado subscrita por 329 industriais, que Fradesso da Silveira viria a apresentar na sessão parlamentar de 23 de Maio desse ano, na Câmara dos Deputados. Idêntica contestação verificou-se alguns anos mais tarde, aquando da celebração do novo Tratado de Comércio entre Portugal e a França que veio a ser assinado em 19 de Dezembro de 1881, e que os industriais da Covilhã também contestaram energicamente – aliás, tal como os industriais

dos outros centros industriais do país – com a realização de um “comício popular e industrial”, em 2 de Fevereiro de 1882, envolvendo todas as forças vivas locais, desde a Câmara Municipal aos maiores industriais, e que contou com mais de 3.000 participantes, no qual foi aprovada uma representação contestando aquele Tratado. Contudo, a questão do protecçãoismo e das suas consequências não se limitou ao século XIX, percorrendo igualmente todo o século XX, praticamente até à entrada de Portugal na União Europeia. Como a autora assinala, após o 25 de Abril de 1974, a indústria de lanifícios da Covilhã registou sérias dificuldades em se adaptar à nova situação, entrando em crise, pois estava “habituada ao protecçãoismo aduaneiro, aos baixos custos salariais” e aos benefícios proporcionados pelo mercado colonial (p. 302). “A indústria portuguesa de lanifícios é então caracterizada como deficientemente estruturada, acusando carências significativas ao nível das condições técnicas e dos elevados custos de produção. Acusava-se então o predomínio de pequenas e médias empresas – 75% das fábricas empregavam até 50 operários e só 43 empresas compreendiam mais de 100 operários – e a escassa modernização dos equipamentos (75% do equipamento das fiações de penteado e de cardado e 87% do equipamento das tecelagens eram anteriores ao fim da 2ª Guerra Mundial) como os seus mais acentuados pontos fracos. Apenas 1% dos teares eram automáticos, muito longe dos 27% da França, dos 31% da Dinamarca ou dos 34% da Suíça” (p. 303).

Os dois últimos capítulos deste primeiro volume introduzem, em concreto, a temática da Rota da Lã – Translana, apresentando-a numa perspectiva patrimonial e, seguidamente, efectuando a descrição dos diferentes percursos que a integram, no âmbito da sua valorização turística. No seu estudo “As regiões de montanha e a transumância em Portugal”, Rui Ferreira destaca um aspecto fundamental que demonstra o enorme potencial deste projecto de turismo cultural, e que consiste no facto de que “apesar de extinta, a longa transumância continua presente na memória identitária das populações locais, sobretudo daquelas que mais directamente contactaram com o fenómeno, podendo constituir um importante elemento de diferenciação cultural e de valorização de um território marginal, que se estende muito para além dos limites da Serra [da Estrela]” (p. 315). Deste modo, “as rotas estabelecidas reflectem, primordialmente, os caminhos percorridos no século passado, mas que são, certamente, reflexo de uma tradição muito mais antiga que foi sendo transmitida pelos pastores de geração em geração” (p. 316).

Finalmente, no último capítulo, Elisa Calado Pinheiro e Pedro Leitão Pais, abordam as potencialidades e a valorização turística da Beira Interior com base na exploração da Rota da Lã – Translana. O leitor já se terá apercebido a enorme oportunidade que este projecto de turismo cultural constitui para a promoção do desenvolvimento sócio-económico de uma região periférica do interior de Portugal. No entanto, como os autores bem sublinham, para que o mesmo venha a ter sucesso e possa concretizar, neste domínio, os seus objectivos, “torna-se, com efeito, necessária a construção de equipamentos que, por um lado, permitam a deslocação (transportes e organização de viagens) e, por outro, assegurem a permanência da actividade turística (equipamentos de alojamento, restauração, infra-estruturas desportivas, entre outros espaços de consumo)” (p. 366). No que respeita à Rota da Lã e aos percursos turísticos na Beira Interior, os autores abordam os diversos aspectos relacionados com as vertentes

associadas ao património agro-pastoril e ao património industrial, destacando dois aspectos essenciais: primeiro, que o trabalho desenvolvido no âmbito do Projecto Rota da Lã – Translana, “envolvendo o inventário, a georeferenciação, a caracterização e a classificação dos elementos patrimoniais associados à cultura laneira da região de estudo – vias de transumância e unidades fabris – representou o primeiro passo de um caminho que ambiciona contribuir para a conservação, a reabilitação ou a reconversão de muitos destes bens e espaços, que se querem manter, tão preservados, quanto vivos e funcionais, procurando em todos eles salvaguardar as memórias que carregam e que constituem verdadeiramente o espírito do lugar” (p. 383). É, em segundo lugar, que a “valorização turística da Rota da Lã na região da Beira Interior projecta-se atendendo prioritariamente às pessoas que nela habitam, subordinando-se à sua cultura e expressão social. Mais do que preparar os lugares para serem visitáveis, é preciso que sejam, em primeiro lugar, habitáveis, enquanto espaços de qualidade, sobretudo de qualidade de vida” (p. 383).

O volume termina com a apresentação dos diferentes percursos turísticos, acompanhados de uma excelente cartografia e de ilustrações a cores – tal como, aliás, o conjunto da obra –, extremamente apelativas, que nos convidam à descoberta imediata desta deslumbrante riqueza patrimonial. Os percursos encontram-se divididos em dois grandes temas, as rotas da transumância (os quatro primeiros itinerários são apresentadas por Rui Ferreira, e os restantes por Elisa Calado Pinheiro e Pedro Leitão Pais) e as rotas do património industrial (apresentadas por Elisa Calado Pinheiro e Pedro Leitão Pais). No que respeita às primeiras, são-nos apresentados seis itinerários: Itinerário 1 – Transumância de longo curso no Sul da Serra da Estrela. Itinerário 2 – Transumância local na Serra da Estrela: percurso BTT (Cortes do Meio – Argenteira). Itinerário 3 – Cabanas de pastores: percurso pedonal (Vale do rio Zêzere a montante de Manteigas). Itinerário 4 – Caminho da antiga transumância de longo curso: percurso pedonal (Loriga). Itinerário 5 – Rota da transumância para o vale do Douro (Prados – Pocinho). Itinerário 6 – Rota da Garganta de Loriga (percurso pedestre). Quanto às rotas do património industrial, é apresentado um grande itinerário – a rota dos centros laneiros na Beira Interior –, e três itinerários que integram a “Rota da Covilhã – cidade fábrica”: Itinerário 1 – Percurso da Ribeira da Goldra. Itinerário 2 – Percurso da Ribeira da Carpinteira. Itinerário 3 – Percurso do Centro Histórico. Finalmente, é também apresentada a Rota da Lã – Translana, ligando a Covilhã a Malpartida de Cáceres, assim como a Rota da Lã nos itinerários turísticos da Comarca Tajo-Salor-Almonte, já em território da Estremadura espanhola.

Como foi referido, o segundo volume desta obra contempla os inventários das vias pecuárias e do património industrial associado aos lanifícios, na Comarca Tajo-Salor-Almonte e na Beira Interior, abordados de uma forma bem fundamentada e extremamente pormenorizada, profusamente ilustrados e acompanhados de abundante e rigorosa cartografia. Na nota explicativa inicial, Elisa Calado Pinheiro e Pedro Leitão Pais abordam as linhas gerais que presidiram à investigação desenvolvida no âmbito deste Projecto Rota da Lã – Translana e, em particular, os aspectos relacionados com o trabalho de inventário, ao mesmo tempo que ressaltam a diferente atenção que em Portugal, ao contrário do que se verifica em Espanha, merece a preservação das vias da transumância. De facto, enquanto no nosso país nunca se verificou qualquer

atenção por parte dos organismos responsáveis pelo património no sentido de se proceder ao estudo e preservação de uma actividade tão importante na economia e na organização do espaço – e, daí, o enorme mérito deste Projecto e do trabalho realizado –, no país vizinho, já no longínquo ano de 1931, o Governo da 2ª República criou um regime jurídico-administrativo aplicável às vias pecuárias como “bienes de dominio publico, y, en cuanto tales, reivindicables y rescatables”. “Posteriormente, em 1995, é aprovada no parlamento espanhol, a Nueva Ley de Vias Pecuárias que veio consolidar a protecção da rede nacional de canadas em Espanha (...)” (p. 13).

Relativamente às dificuldades que surgiram no trabalho de investigação, os autores salientam que “apesar das limitações impostas pelo facto de a transumância constituir hoje uma actividade em franca decadência e em extinção, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, foi possível, através de um exaustivo e sistemático reconhecimento de campo nas regiões de estudo de Portugal e de Espanha, e com o indispensável auxílio da memória dos pastores e de outros habitantes locais mais antigos, registar e comprovar no terreno as marcas dos movimentos do gado na paisagem” (p. 13). Para o desenvolvimento da investigação ao nível do trabalho de campo foi também criada uma ficha de inventário das vias pecuárias, tendo sido definidas as tipologias do património associado, a fim de se registarem com precisão “não apenas os elementos directamente associados à actividade agro-pastoril, mas também outros bens com significativo valor cultural, que pudessem complementar e diversificar os motivos de interesse de cada lugar” (p. 14), tendo em vista a sua futura exploração turística. Os autores apresentam, seguidamente, a totalidade das fichas de inventário decorrentes do trabalho realizado – com as correspondentes fotografias e cartografia –, as quais nos dão uma ideia precisa do rigor e do volume de trabalho realizado, ao mesmo tempo que constituem um importante repositório do património agro-pastoril das duas regiões em estudo.

Uma metodologia equivalente foi utilizada no trabalho de inventário do património industrial, coordenado por Elisa Calado Pinheiro. No excelente texto que constitui a nota explicativa inicial, a autora aborda todos os condicionalismos presentes no trabalho desenvolvido, decorrentes da extrema complexidade que caracteriza o património industrial dos lanifícios na região da Beira Interior, com particular incidência na cidade da Covilhã. Seguidamente, e “com a finalidade de clarificar os critérios, os conceitos e a simbologia utilizados no âmbito deste registo patrimonial, apresentam-se alguns dos princípios que presidiram à estruturação do trabalho realizado, bem como uma especificação sucinta do conteúdo de cada uma das entradas seleccionadas para o balizar” (p. 465): a delimitação do conceito de património industrial e âmbito do inventário, o plano das fichas de inventário, o plano da cartografia das unidades patrimoniais, as secções / operações de transformação da indústria de lanifícios, concluindo com o apuramento de alguns dados resultantes da inventariação realizada. A autora apresenta de seguida a totalidade das fichas de inventário do património industrial dos lanifícios na Comarca Tajo-Salor-Almonte – embora, nesta região da Estremadura espanhola, o mesmo se tenha limitado aos lavadouros de lãs, o único património existente – e na Beira Interior, os quais totalizam 338 unidades patrimoniais, localizando-se 93 no distrito da Guarda e 245 no distrito de Castelo Branco, das quais 193 se situam no concelho da Covilhã, cada uma delas acompanhada da respectiva fotografia

(muitas vezes, mais do que uma, e algumas delas históricas) e cartografia. Para além de uma extensa e cuidada bibliografia, como foi referido inicialmente, a obra inclui um índice toponímico e outro onomástico, a lista das fontes orais utilizadas no trabalho de inventário e, em anexo, um DVD interactivo que permite explorar pormenorizadamente os inventários das vias pecuárias e do património industrial realizados.

São várias as conclusões que se podem retirar da leitura desta obra. Em primeiro lugar, e sem sombra de dúvidas, estamos perante um dos mais importantes trabalhos de investigação científica – no âmbito da história económica, do património industrial, mas também da antropologia, da etnografia, da geografia – realizados nas últimas décadas em Portugal. Um trabalho que se impunha – dado o vertiginoso desaparecimento dos vestígios materiais das vias pecuárias e do património industrial que se têm vindo a suceder nas últimas décadas –, que vem preencher uma importante lacuna existente na historiografia portuguesa, nomeadamente no que diz respeito à recuperação de uma memória tão importante do ponto de vista económico e social como é a da transumância, até agora completamente ignorada. Para além disto, uma vez mais se comprova a importância dos estudos de âmbito regional, e local, para uma mais rigorosa e aprofundada compreensão das realidades históricas do passado, aqui realizados de uma forma exemplar. Constitui, em suma, uma incontornável obra de referência que, não obstante as insuficiências apontadas pelos próprios autores, tão cedo – se alguma vez o for – será ultrapassada, prestando valiosos serviços a todos que pretendam conhecer, com rigor, o passado das actividades laneiras nas duas regiões estudadas.

Há, contudo, outras considerações que merecem ser salientadas. É que para além do incontestável valor científico desta obra, e do valioso serviço que presta à investigação, ressalta da sua leitura uma atitude de prestação de um tributo à comunidade, um verdadeiro acto cívico que, embora não seja muito frequente em iniciativas deste tipo, não deixa de constituir a postura correcta com que a investigação se deve relacionar com a sociedade. Importa ainda destacar um outro aspecto, que se prende com a íntima ligação que este trabalho entretém com o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Como facilmente se depreende, a concretização deste Projecto traduz um dos objectivos que consideramos indispensáveis os museus desenvolverem, a fim de fundamentarem com a imprescindível qualidade as suas iniciativas, e que muitas vezes se encontra arredado das suas preocupações: o trabalho de investigação. Com a realização deste Projecto Rota da Lã – Translana, o Museu de Lanifícios demonstrou a importância e a necessidade da investigação para o êxito da sua missão, e seguramente que o mesmo se irá reflectir ainda mais na qualidade das actividades que tem vindo a realizar.

Será, contudo, necessário, desenvolver a divulgação deste enorme capital de conhecimentos sobre as actividades laneiras, para que todos possam usufruir da assinalável riqueza patrimonial que se lhe encontra associada, nomeadamente concretizando os objectivos que a nível turístico os autores apontam como indispensáveis: a valorização turística da Rota da Lã – Translana, através da criação das infra-estruturas indispensáveis para que a mesma possa contribuir, efectivamente, para o desenvolvimento sócio-económico destas regiões do interior, cada vez mais abandonadas, indo ao encontro, aliás, dos

objectivos do próprio Projecto Rota da Lã – Translana. Por último, last but not least, é indispensável felicitar a coordenadora, a equipa e as instituições que possibilitaram a concretização deste ciclópico trabalho – a Universidade da Beira Interior e a Asociación para el Desarrollo de la Comarca Tajo-Salor-Almonte –, que sem qualquer dúvida constitui um marco incontornável nos estudos relativos ao património industrial alguma vez realizados em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Pinheiro, Elisa Calado (Coord.), *Rota da Lã – Translana: percursos e marcas de um território de fronteira, Beira interior (Portugal), Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 2009, 2 vols. com DVD Interactivo, ISBN 978-989-95085-3-8.